

Cinturão de miséria apertada Brasília

GILBERTO DIMENSTEIN

Da Editoria de Política

Freqüentemente apontada como o "país das maravilhas", "irreal", Brasília já pode ostentar que não conhece a crise econômica apenas por frias estatísticas — hoje é capaz de "fazer" inveja aos grandes centros urbanos, o chamado "país real". Um detalhado levantamento sobre vários índices do Distrito Federal realizado pelo GDF e publicado pela revista **Indicadores Conjunturais** mostra que a recessão produziu números negros em Brasília: de janeiro a setembro do ano passado, por exemplo, o custo de vida sofreu uma elevação de 132,4%. Em relação às demais cidades brasileiras, ficou em 5º lugar. Outro dado mais explosivo, desta vez divulgado pela Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor (Codecon): o preço da alimentação na cidade subiu 252%. Com essa cifra, perde apenas para Porto Alegre.

Enfim, a visão paradisíaca de Brasília, com seus espaçosos apartamentos, casas no Lago, pouco trabalho, mansões, enfim, a vida fácil, não passa de um simples mito. A crise provoca bolsões de miséria — cada vez mais pedintes surgem nas ruas; a criminalidade cresce. Em suma: surge a "Brasília real", longe dos gabinetes refrigerados, das mordomias.

Os dados do GDF, levantados pelo Coordenação do Sistema de Planejamento, são claros. E tristes. Durante os nove primeiros meses de 1983, o custo de vida no Distrito Federal subiu 132,4% — contra 74,8% em igual período no ano anterior. E o que mais pesou no bolso do consumidor foi a alimentação — as casas menos privilegiadas gastam a maior parte de seu salário justamente nesse item, já não têm onde cortar. O jeito, portanto, é comer menos; e alimentos de menor qualidade.

O número é, de fato, espantoso: nesse período o feijão subiu nada menos que 505%, a carne fresca 240,1%, ovos 231% e farinhas e féculas, 190,2%. Esses aumentos que variam de cidade a cidade têm uma explicação: retirada dos subsídios ao trigo, problemas climáticos (secas e enchentes), aumento das exportações de cereais e carnes que atuaram sobre o abastecimento interno.

Há mais, muito mais: em 1982, novamente entre janeiro e setembro, o Índice de Preços ao Atacado era de 50,1%. Atenção: no ano passado foi de 202,%. As frutas e os cereais subiram, no Distrito Federal, vertiginosamente; estes últimos tiveram uma elevação de 243%. Veja-se que a abóbora subiu 275%, em 1982, era em 78,9%.

MENOR ARRECADAÇÃO

Um dado é, particularmente, surpreendente — em especial para os administradores do DF. A Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), de janeiro a setembro de 1983, chegou a quase 40 bilhões — contra 20,2 bilhões em igual período no ano anterior. Houve, portanto, uma elevação de 95,4%. E uma queda real de 15,7%. Em outras palavras, há menos 15% de recursos do ICM — a principal fonte de arrecadação — para se gastar nos serviços públicos. E o ICM é um ótimo índice para se medir a recessão; significa que um número menor de pessoas estão comprando. Menos compra, menos venda, menos empregos. E, por conseqüências, menos ICM.

Ocorre que, entre 1981 e 1982 houve uma elevação de 20% nessa arrecadação — contribuía para isso, é verdade, o ICM-Trigo, que era destinado ao DF; que sofreu uma feroz queda. Por outro lado, a arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) registrou um crescimento de 2,5% — esse imposto incide sobre os profissionais autônomos, e firmas de prestação de serviços.

E preciso, porém, não se enganar com essa elevação. Ao se analisar a evolução do ISS no ano passado, nota-se que, até o primeiro semestre, apesar de um aumento real dos valores arrecadados, crescia também o ritmo, no geral, de queda. Explica-se: no primeiro trimestre de 1983 houve uma elevação de 23%, passando, meses depois, a 3,4%, levando-se em conta mesmo período em 1982. Com a recessão, é claro, utilizam-se menos os serviços de profissionais autônomos — de resto, um efeito mais que previsível de qualquer processo de diminuição da produção.

TÍTULOS NO PROTESTO

O valor dos Títulos Protesta-

dos em Brasília chegaram a quase 9,5 bilhões de cruzeiros; há dois anos, portanto em 1982, esse número não chegava a 4 bilhões. Houve um crescimento de 146%. Em outras palavras mais pessoas não pagaram devidamente suas contas e o caso foi parar nos cartórios. Existe o registro de 72.357 títulos protestados, o que indica uma variação de 14,9% quando comparados aos 62.981 documentos em igual período de 1982.

Outro índice dramático: o número de informações sobre quem pode ou não comprar a crédito. Essa informações são prestadas pelo Departamento de Proteção ao Crédito — essas

informações servem para medir a evolução da demanda por bens duráveis no comércio da cidade como o nível de solvência. Diminui o número de pessoas que pedem essas informações — ou seja, compra-se menos, há menos necessidade dessa consulta. Em janeiro do ano passado, houve um acréscimo de 13,1%; de abril a junho, essa cifra desceu para 2,0% e de julho a setembro foi para 1,7%.

Além disso, o número de resposta negativa do DPC revelou um crescimento de 21,9. Tradução: consumidores que não podem comprar a crédito, pois não saldaram dívidas anteriores.

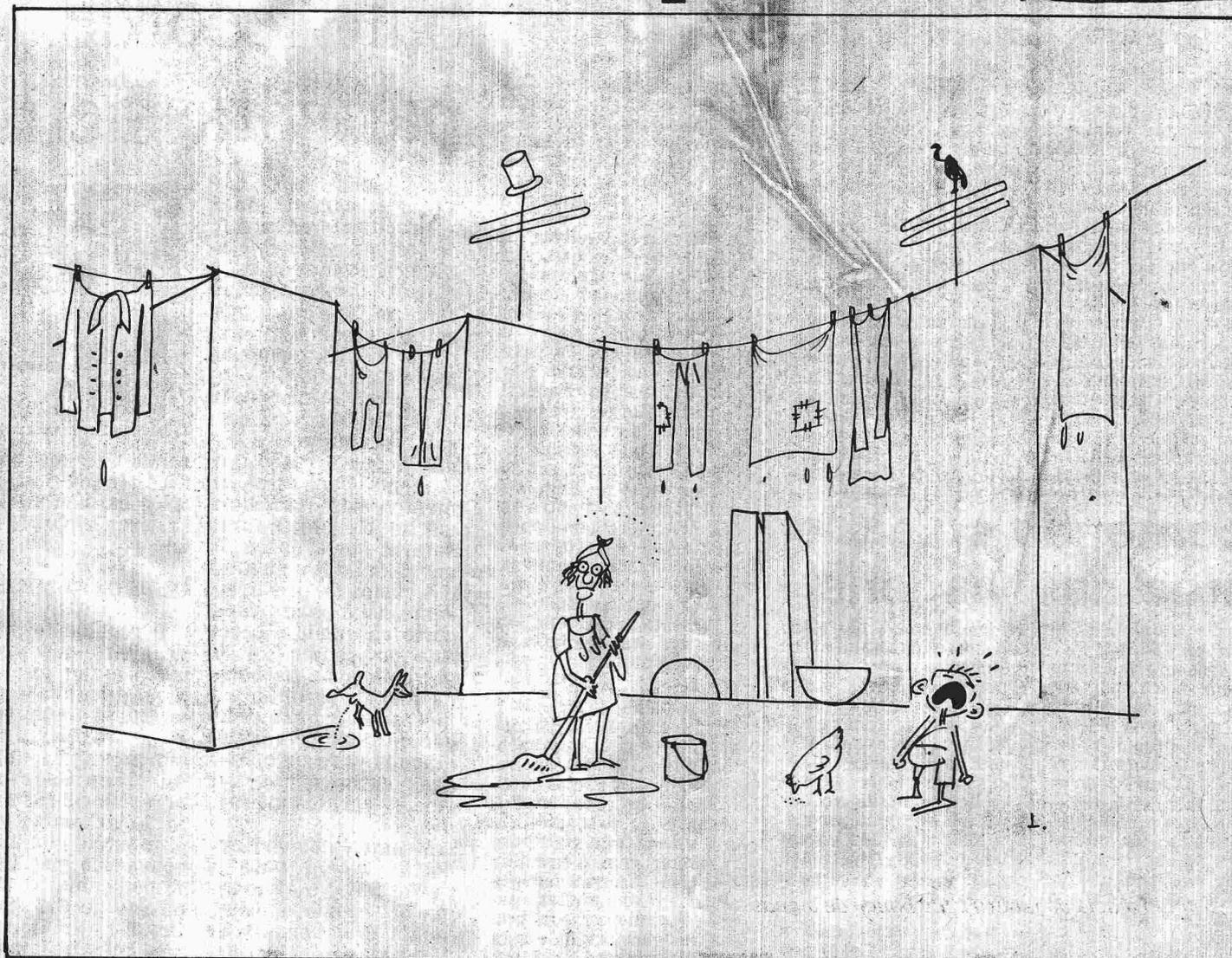
E o mais dramático: o aumento de reabilitados foi de apenas 6,3%. Esses números são claros e indicam, segundo comenta a revista **Indicadores Conjunturais**, "a situação de solvência das famílias do Distrito Federal".

MENOS CHEQUES

Mais um precioso índice: o serviço de compensação de cheques. Ele revela a movimentação de dinheiro em cheques no DF — como, de resto, trata-se de mais um índice em todo o país. De qualquer, o Banco do Brasil, onde é feita a compensação, registrou entre janeiro e setembro do ano passado o

montante de quase 7 bilhões de cruzeiros. Em 1982, essa quantidade chegaria a perto de 3,3 bilhões. Se descontarmos a inflação, obtem-se o seguinte resultado: uma queda de 8,5%.

A revista comenta: "É revelante observar que o Distrito Federal — quinta maior praça do país no tocante ao valor de cheques e outros papéis compensados — teve seu Serviço de Compensação instalado em 1962 e, desde então, vem sistematicamente registrando variações positivas no volume como nos valores reais compensados, à exceção de 1969, 1981 e 1983". A explicação dos analistas da revista: "Esse comportamento é



explicado pela difícil crise econômico-financeira que o país vem atravessando, agravada, ao longo do corrente ano, por um processo inflacionário jamais registrado no Brasil pós-guerra".

EMPREGOS

Uma informação aparentemente boa — mas vale ser questionada. As estimativas de emprego na Construção Civil em Brasília, indicam aumento, particularmente no terceiro semestre; em setembro de 1983 estavam empregados 24.623 pessoas. Trata-se de um setor, de fato, delicado: afinal, a construção civil absorve mão-de-obra sem qualificação, a mais desprotegida. Então vejamos: em 1976 — portanto há sete anos — estavam empregados na construção civil exatamente 36.716 no mês de dezembro. E o que é pior: em 1976 a população de Brasília era de 924 mil pessoas. Em 1983, quase 1,5 milhão. Há uma população bem maior e muito menos empregos.

Essa conjugação de maior população e menos empregos — ao lado da alta do custo de vida, em particular da alimentação — deixou Brasília, como deserto, todo o país, com os nervos a flor da pele. Fala-se cada vez mais em explosão social, em ebulição, protestos violentos, saques, quebras-quebras. Muitos pensam que, apesar de toda essa crise, Brasília estaria imune a esses efeitos. Engano: basta ver a distribuição populacional. No ano passado, pouco mais de 313 mil pessoas moravam no Plano Piloto, vale dizer, na opulência — e 1,4 milhão nas cidades-satélites, criando um cinturão de miséria que pode apertar os homens do poder. A rigor, os responsáveis por esse quadro.

Vale notar que a própria revista, sustentada pelo GDF, aponta as causas da miséria: "As tentativas de resolver o problema do endividamento externo por este caminho (combate ao processo inflacionário e o déficit público, via compressão da demanda agregada, redução dos salários, maior rigidez na política monetária e fiscal e retirada dos subsídios), tem-se mostrado frustrantes, com o não atingimento sistemático das metas propostas e com um reajustamento que vem implicando em custo social enorme para a nação".